

Você quer debater e propor mudanças nesta situação?

Então compareça

Dia: (a ser confirmado) indicativo meados de agosto

Local: Indicativo Rua monte alegre, 984 – Perdizes

Horário:

Debatedores:

Contato: fedca-sp@ig.com.br

(MANDE SUA ADESÃO AO E-MAIL fedca-sp@ig.com.br)

Subscrevem:

Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente- FEDDCA-SP; Núcleo de pesquisa sobre Criança e Adolescente – NCA-PUC/SP; Conselho Regional de Serviço Social – Cress 9ª Região SP; Sindicato dos Psicólogos – Sinpsi –SP; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Projeto Malaguenho; CEDECA Paulo Freire – SP; Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente- Osasco/SP; Instituto Dom Bosco; Associação Olha o Menino; Grupo Tortura Nunca Mais; Comissão Teotônio Vilela; ...

FEBEM: "ESCOLA DO ÓDIO"?

Você conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido como ECA? É a lei que regulamenta os direitos e deveres de todas as crianças e adolescentes do nosso país.

Talvez a maior parte desconheça o ECA ou então ouviu algumas vezes nos noticiários dos jornais referências a esta importante lei. Ele é citado na imprensa, principalmente por conta dos problemas que acontecem nas unidades da FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, órgão do Governo do Estado responsável por aplicar medidas aos adolescentes que cometeram atos infracionais e estão internados por determinação do juiz.

O Estatuto prevê a forma de atendimento a esses adolescentes, porém o Estado não se propõe a cumprir a lei, instituindo, ao contrário, práticas de tortura e violência nas Unidades da FEBEM. Você acredita que um adolescente que sofre violência nesses locais irá se comportar como? Por acaso você conhece algum adolescente que tenha passado por uma dessas Unidades e que após a sua saída esteja numa condição digna de vida? Você já pensou por que isso ocorre?

É preciso refletir sobre o porquê dessa situação persistir há tanto tempo.

O Estado, queira ou não, é responsável pelas pessoas que estão nessas instituições e não existe prerrogativa para descumprimento da lei da forma acintosa como isso hoje ocorre.



A FEBEM já foi condenada nas mais diversas instâncias nacionais e internacionais, alvo de denúncias permanentes de violação dos direitos humanos, mas efetivamente não houve mudança na sua estrutura. Cada unidade desenvolve uma ação, não existindo um projeto pedagógico que unifique o trabalho e que garanta ser socioeducativo. .

Além da ilegalidade das práticas da FEBEM, a política ali desenvolvida é cara e de pouca inteligência pois uma pessoa que passa por esse sistema, sai de lá com uma revolta maior do que entrou, ou seja, este ciclo pode se repetir inúmeras vezes.

De outra parte ouvimos o Sr. Antonio Gilberto, presidente do Sitraemfa - sindicato a qual estão filiados a maioria dos trabalhadores sindicalizados da FEBEM, em entrevista à Revista Educação, matéria veiculada em maio de 2004, intitulada "Escola do Ódio" dizer entre outras coisas: "*Diretor mandou bater, a gente obedece*", "*ao invés de sermos educadores, acabamos sendo carcereiros*".

Queremos debater o que representa um líder sindical dizer que trabalhadores obedecem ordens de superiores, também funcionários públicos, mesmo que isto seja violar leis.

A corregedoria da FEBEM abriu sindicância em relação ao Sr Antonio Gilberto, mas a preocupação dos subscreventes desta carta não é a pessoa deste sindicalista. A impressão causada é de que a sindicância foi gerada pelo fato do sindicalista ter relatado o que ocorre e não pelo fato de haver maus tratos.

- Esta carta pública afirma a posição intransigente em defesa de uma sociedade democrática, que recuse toda forma de violação,

seja ela moral, física, psicológica. Não admitimos que o ciclo vicioso de violações persista.

O Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, espaço que reúne organizações, trabalhadores e militantes da causa da infância, quer deixar claro que não compactua, não concorda, não apóia, não aceita essa política desenvolvida nesse sistema, que não é diferente do sistema prisional dos adultos, que produz ódio, violência, morte e medo.

Defendemos, sim, uma política de atendimento que possa realmente ser sócio-educativa e que a família e a comunidade tenham condições dignas de vida, com políticas públicas, para garantir o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes.

Manifestamos nossa posição de que se o Estado não consegue aplicar a medida sócio-educativa conforme os princípios legais e pedagógicos, isto não permite que aplique medidas violentas. Esta distorção parece estar sendo naturalizada, como uma justificativa pela falência deste sistema FEBEM. Como a citada matéria expõe, está transformada numa escola do ódio. Assim, por que nos horrorizamos com os resultados nefastos lá produzidos?

Há 40 anos atrás o Brasil viveu a ditadura, cuja experiência mantém viva a necessidade de lutar cotidianamente pela democracia e pela liberdade. Esta carta vem a público para que discutamos com responsabilidade os rumos que queremos dar ao Brasil: sem violência, com igualdade de direitos e oportunidades, reivindicando o direito de participar dos processos decisórios que realmente alterem a estrutura deste país, a começar pelas instituições que não correspondem aos princípios afirmados na nossa Constituição Federal.

